

O papel da Escola da Guerra para transformação do Exército no século XXI

Pesquisa, inovação e relações militares

*Daniel Mendes Aguiar Santos**

*Carlos Eduardo De Franciscis Ramos***

Introdução

O século XXI tem-se caracterizado por uma dinâmica multipolar e assimétrica, em que prevalece uma constante sensação de insegurança. Neste contexto, os conflitos contemporâneos têm transbordado do espaço geográfico para as fronteiras virtuais, cibernéticas e sociais. Como consequência, a atual era do conhecimento tem revelado desafios complexos à Segurança & Defesa, mesclando cenários de “guerra” e “não guerra”, permeados por atores difusos e por tecnologias disruptivas.

Expostas a este contexto, as ideias de Carl Von Clausewitz (1832) evidenciam o fato de que “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação” (1976, p. 93). Sob este prisma, os Estados têm deparado com desafios hodiernos, como crime organizado internacional, grupos terroristas transnacionais, grupos insurgentes regionais, fricções geopolíticas, crises humanitárias, epidemias etc.

Ainda no século XX, no seio da obra *O soldado e o estado: teoria e política da relação entre civis e militares*, Samuel Huntington (1957), cientista político norte-americano, sustentou que países que mantêm um quadro adequadamente equilibrado de relação entre civis e militares desfrutam de grande vantagem na busca de segurança. Por seu turno, no escopo da obra *O soldado profissional: um estudo social e político*, Morris Janowitz (1967), sociólogo norte-americano, evidenciou que o estabelecimento militar é a principal fonte da filosofia e da política que salientam o uso da força na resolução de conflitos, nacionais ou internacionais.

Já no século XXI, o comandante do Exército Brasileiro, general Villas Boas, alerta acerca do fato que “o Estado, ao nos delegar poder para exercer a violência em seu nome, precisa saber que agiremos sempre em prol da sociedade da qual somos servos” (Villas Boas, 2017).

No âmbito destas ideias, o soldado adquire uma responsabilidade tripla perante o Estado: representativa (como agente estatal

* Maj Cav (AMAN/99, EsAO/08 e ECEME/17). Atualmente, é instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

** Cel Inf (AMAN/90, EsAO/98 e ECEME/07). Atualmente, é instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

encarregado da segurança militar do Estado); consultiva (como assessor das linhas de ação referentes ao poder militar); e executiva (na execução da decisão emanada da autoridade civil). Consequentemente, no escopo desta discussão, surge a indagação: como pensar e transformar o Exército para o enfrentamento dos desafios hodiernos, observando a relevância das relações entre civis e militares e da educação no delineamento de uma arquitetura de Segurança & Defesa efetiva para o Estado Brasileiro?

Desenvolvimento

No Brasil, a Política Nacional de Defesa identifica a Segurança como condição para o país

preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres. (BRASIL, 2012, p. 12)

Ademais, considera a Defesa Nacional como o “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais” (BRASIL, 2012, p. 12). Ainda, atenta à relevância da relação entre civis e militares, traz os seguintes objetivos nacionais de defesa: conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país; desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; e desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Colimada a estas perspectivas, a Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007),

formulada no nível político-estratégico, condiciona-se às particularidades do Estado Brasileiro. Assim, elege a abordagem do Poder Nacional — capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios da Nação, atuando conforme a vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais —, observando a sua manifestação nas expressões política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

Alerta a estas demandas, o Exército Brasileiro lançou as Bases para o Processo de Transformação da Força (2013), orientando a introdução de fundamentos, concepções, capacidades e competências necessárias à atuação na era do conhecimento. Como resultado, a Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2014) consolidou um conjunto de valores, conceitos e táticas em prol do preparo dos recursos humanos e dos meios da Força, para atuar em ambientes operacionais onde prevalecem a dimensão humana, o combate em áreas humanizadas, a importância das informações, o caráter difuso das ameaças, o ambiente interagências, as novas tecnologias e o espaço cibernético.

Norteando o emprego, a Concepção Estratégica do Exército identifica a missão de

contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. (BRASIL, 2017 a, p. 05)

Neste sentido, ratifica a aplicação das estratégias de emprego da *Dissuasão* e da *Prevenção*, adotando a premissa da *Inviolabilidade*, no intuito de neutralizar a concentração

de forças hostis junto às fronteiras terrestres do Brasil. Para tanto, evidencia que o Poder Militar deve ser aplicado como parte de uma ação unificada, considerando o emprego de outras expressões do Poder Nacional para, assim, derrotar o oponente e obter o estado final desejado da campanha.

Orientando o uso da força, no tempo e no espaço, o Manual de Operações do Exército elege o conceito operativo — operações no amplo espectro dos conflitos (**Figura 1**) —, tendo como premissa a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra (BRASIL, 2017 c).

Operações no Amplo Espectro – o Conceito Operativo do Exército

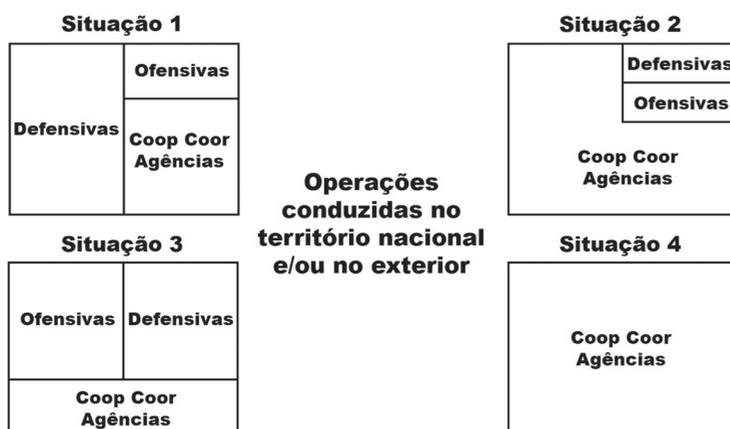


Figura 1 – Conceito Operativo do Exército
Fonte: Brasil (2017c, p. 2-17)

Tal conceito se projeta no seio das operações conjuntas, quando ocorre o emprego de meios ponderáveis de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes e/ou complementares, sob um comando único, com representantes das forças no estado-maior. Ademais, preconiza

a máxima integração entre vetores militares e civis, buscando a unidade de esforços no ambiente interagências.

Na gestão desta transformação, o Plano Estratégico do Exército (2016-2019) prevê que, até 2022, o Exército alcançará uma “Nova Doutrina”, empregando produtos de defesa tecnologicamente avançados e reunindo profissionais capacitados e motivados ao enfrentamento dos desafios do século XXI para, assim, respaldar as decisões do país no cenário internacional (BRASIL, 2017 b).

Para isso, no que tange à educação, o plano pontua o objetivo de “implantar um novo e efetivo Sistema de Educação e Cultura”, observando, entre outras, as seguintes ações: desenvolver nos estabelecimentos de ensino a cultura da inovação e de transformação; incrementar a pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino; ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico, em diversos níveis; e conduzir a formação/capacitação do profissional militar para proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias. Já no que se refere à integração, o plano apresenta objetivo de “ampliar a integração do Exército à sociedade”, promo-

vido, entre outras, as seguintes ações: elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião; e fomentar, junto às instituições civis, a pesquisa na área de defesa (BRASIL, 2017 b).

Na consecução destes objetivos e das suas respectivas ações, o “pensar” o Exército torna-se um aspecto primordial e, inevitavelmente,

evidencia o desígnio da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), inserida na Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil), no âmbito do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx).

Fundada em 1905, a então Escola de Estado-Maior, foi a célula *mater* da ECEME. Desde a sua criação, a Escola emulou as influências das doutrinas militares — alemã, francesa e americana —, apoiando a prospecção de uma matriz brasileira, alavancada pela visão do marechal Humberto Castello Branco, forjada no âmbito das operações da FEB, durante a 2ª GM, atento ao fato de que: “Ao chefe militar não cabe ter medo de ideias novas. É preciso, isto sim, não perder tempo, implementá-las e realizá-las até o fim” (CASTELLO BRANCO apud SANTOS e PEDROSA, 1968). A partir de 1955, já sob a denominação atual, a missão da ECEME tem sido forjar os líderes militares, formar o oficial de estado-maior e o assessor de alto nível, produzindo conhecimento e, principalmente, pensando o Exército do futuro.

Atualmente, à luz do Processo de Transformação do Exército, a Escola da Guerra expande o seu potencial, exercendo o papel de interface estratégica, contribuindo para a construção de um novo Sistema de Educação e Cultura e para a ampliação da integração do Exército com a sociedade, colimada às demandas do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

Para tanto, no âmbito da educação e cultura, a partir de 2014, a ECEME implementou uma proposta pedagógica assentada no ensino por competências, promovendo a sinergia do conhecimento em prol de uma educação integral. Ademais, avançou na

abordagem interdisciplinar do fenômeno da Guerra ao promover uma triangulação metodológica, integrando o consagrado “Método do Processo de Planejamento” (referente à resolução de problemas militares), o “Método baseado na Taxonomia de Bloom” (referente à solução de questões teóricas por nível de desempenho) e o “Método Científico” (aplicado à pesquisa científica em Ciências Militares) (Nunes; Ramos; Morgado; Gonçalves, 2017).

Já no que se refere à integração do Exército com a sociedade, a ECEME tem promovido o diálogo entre civis e militares por meio do fomento à pesquisa científica. Com destaque, tal ação tem contribuído para instigar a conscientização da sociedade acerca da relevância da temática da Segurança & Defesa.

Neste esforço, ainda em 2001, a Escola implementou o seu próprio Programa de Pós-Graduação. Na sequência, em 2002, as Ciências Militares foram inseridas na gama das ciências estudadas no país, integradas sob o prisma da Defesa, com a devida homologação do Ministério da Educação (MEC). Avançando, em 2006, o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa, fruto do projeto de pesquisa interinstitucional *Pró-Defesa*, viabilizou vagas em cursos de mestrado e doutorado, conveniados à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas e à Universidade Federal Fluminense, instigando a capacitação de quadros militares no âmbito da pesquisa *stricto sensu* (Cunha; Migon, 2018).

Já em 2010, o Estado brasileiro passou a contar com uma Política de Ensino de Defesa, cujo escopo estabeleceu iniciativas para difundir a Defesa no meio acadêmico, promo-

ver a equivalência de cursos nos sistemas de ensino militar e civil, ampliar o intercâmbio entre instituições de ensino civis e militares e estimular a pesquisa em Defesa. *Pari passu*, o Exército iniciou o Processo de Transformação, observando a Educação e Cultura como um dos aspectos estruturantes. No mesmo ano, a Portaria nº 734 do Comandante do Exército, disciplinou o conceito e a delimitação das Ciências Militares

como sendo o sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar. (BRASIL, 2010)

Fruto destes avanços, em 2011, no DE-CEX, foi criada a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM), com o propósito de assessorar a formulação de políticas relativas ao ensino superior militar, além de orientar as condições para o funcionamento da pós-graduação e da pesquisa científica no Exército. Neste contexto, sob a égide da Lei de Ensino do Exército (LEEx), o Sistema de Educação Superior Militar no Exército (SESME) elege os créditos das disciplinas dos cursos regulares da carreira (especialização, aperfeiçoamento e altos estudos militares) para o devido aproveitamento no âmbito dos programas de pós-graduação corporativos, nível *lato sensu*, viabilizando a equivalência de estudos, à luz do que prescreve o MEC (Cunha; Mígon, 2018).

Com destaque, em 2012, foi criado o Instituto Meira Mattos (IMM), cujo nome

evidencia a simbiose de um general que foi soldado e cientista, testado no âmbito da campanha da FEB na 2ª GM e titulado doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie de São Paulo. Integrado à ECEME, o IMM viabiliza a ligação da Escola com as instituições do ensino superior (civil e militar) e com os centros de estudos estratégicos, dentro e fora do país. O seu desígnio é coordenar e desenvolver a pesquisa científica, assentado na pós-graduação e no estudo das Ciências Militares e da Segurança & Defesa. Assim, o Instituto tem gerado a oportunidade, de forma integradora, de conduzir a pós-graduação de militares e civis, além de otimizar o trato do conhecimento mobilizado no seio da Escola da Guerra. Para tanto, sua gestão estratégica engloba a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de pesquisa, os estudos estratégicos e a gestão do conhecimento.

Neste contexto, em 2013, à luz da avaliação da proposta de novo curso na área de Ciência Política e Relações Internacionais, o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências Militares da ECEME foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, a seguir, foi aprovado pelo MEC, garantindo a nota 3. Já em 2015, com o amadurecimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, deu-se a apresentação da proposta do Doutorado, como novo curso, para avaliação na CAPES. Como resultado, já em 2016, o curso de Doutorado em Ciências Militares foi recomendado pela CAPES ao reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação, amparando a expedição de diplomas

reconhecidos pelo Sistema Nacional de Educação e, assim, viabilizando a oferta do curso para toda a sociedade (Cunha; Migon, 2018).

Síntese contemporânea do legado de Castello Branco e de Meira Mattos, o IMM é a estrutura da ECEME que constrói uma “ponte” com o meio acadêmico e com os centros de estudos estratégicos, dentro e fora do país. Assim, o Instituto contribui para transformar o Exército, à luz dos desafios hodiernos, integrando civis e militares, sob a égide de uma educação integral e, conseqüentemente, fomentando a inovação e a consciência em prol da Segurança & Defesa no Brasil.

Conclusão

À guisa de conclusão, verificou-se que a ECEME pensa o Exército Brasileiro do futuro, promovendo a sinergia do conhecimento factual, doutrinário e científico. Portanto, à luz do legado de Castello Branco e de Meira Mattos, segue atenta para o fato de que a educação inte-

gral deve estar alinhada aos objetivos da Força, com ênfase na efetividade do Sistema de Educação e Cultura e na ampliação da integração do Exército à Sociedade Brasileira (Figura 2).

Em última instância, a Escola da Guerra segue na sua missão precípua de forjar os líderes militares do século XXI e, adicionalmente, transborda dividendos, na forma de militares e civis aptos a pensar a Segurança & Defesa do Estado brasileiro, inovando na construção de respostas unificadas aos desafios hodiernos. **REB**

Referências

BRASIL. 2007. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04)**. Brasília, DF.

_____. 2010. Exército Brasileiro. **Portaria do Comandante do Exército nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece sua finalidade e delimita o escopo de seu**

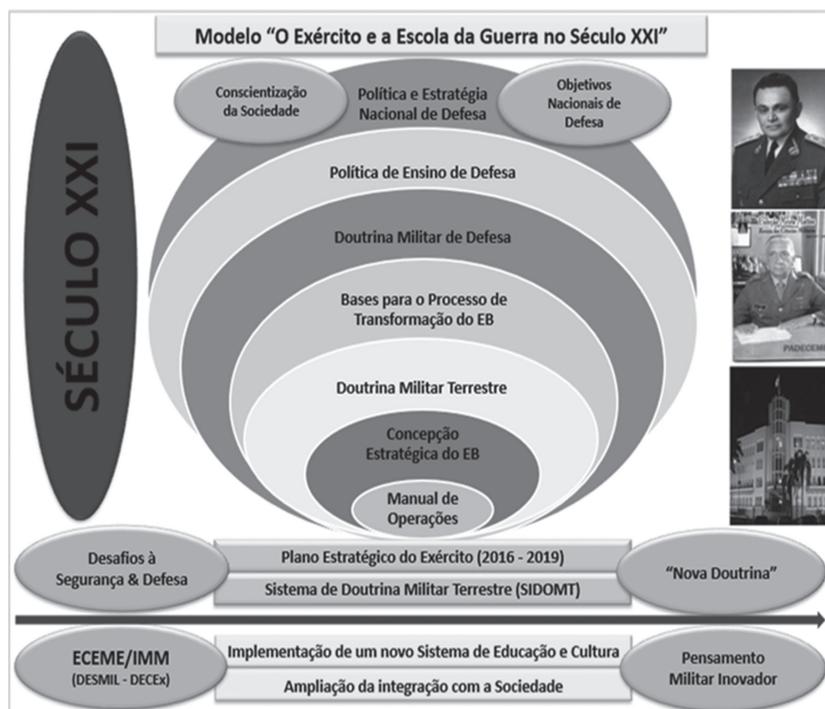


Figura 2 – Modelo Conceitual “O EB e a Escola da Guerra no Século XXI”

Fonte: os autores

estudo. Boletim do Exército nº 34, 27 ago., 95 pp. Brasília, DF.

_____. 2012. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND). Estratégia Nacional de Defesa (END).** Brasília, DF.

_____. 2014. Exército Brasileiro. **Doutrina Militar Terrestre** (EB20-MF-10.102). Portaria nº 003-EME, de 2 de janeiro de 2014. Brasília, DF.

_____. 2017 a. Exército Brasileiro. **Concepção Estratégica do Exército.** SIPLEX. Fase IV. Brasília, DF.

_____. 2017 b. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército 2016-2019.** Portaria nº 1.042, de 18 de agosto de 2017. Brasília, DF.

_____. 2017 c. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Operações** (EB70-MC-10.223). Portaria nº 51, COTER de 08 de junho de 2017. Brasília, DF.

CLAUSEWITZ, Carl Von (1832). 1976. **On War.** Ed. and translation Michael Howard and Peter Paret, Princeton NJ: Princeton University Press.

CUNHA, Rafael Soares Pinheiro da; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. 2018. **Ensino de pós-graduação no Brasil: as Ciências Militares.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 4, n. 1.

HUNTINGTON, Samuel P. 1957. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations.** Harvard University Press.

JANOWITZ, Morris. 1967. **O Soldado Profissional: Estudo Social e Político.** GRD.

NUNES, Richard Fernandez Nunes; RAMOS, Carlos Eduardo De Franciscis; MORGADO, Flávio Roberto Bezerra Morgado; GONÇALVES, Rogério Amorim. 2017. **ECEME - A Escola “dos Métodos”. Do ensino integral à educação integrada.** A Defesa Nacional. Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros, n. 834, out./dez.

VILLAS BOAS, Eduardo Dias da Costa. 2017. *Comandante do Exército Brasileiro. Texto publicado no Twitter @Gen_VillasBoas em 30 Nov 2017.* Disponível em: https://twitter.com/gen_villasboas.

SANTOS, Daniel Mendes Aguiar; OLIVEIRA, Fábio Alexandre Dockhorn de. 2017. **Clausewitz e a complexidade no Século XXI: visitando opções para a Logística de Defesa no Brasil.** Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, n. 64, p. 176-200, jan./abr.

SANTOS, Francisco Ruas; PEDROSA, José Fernando Maia. 1968. **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar 1946-1964.** RJ: Imprensa do Exército.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.